

Eliane Brenneisen

*O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná:  
encontros e desencontros na luta pela terra*

A formação do MST ocorreu em 1984, na cidade de Cascavel, Oeste do Estado do Paraná, ocasião em que movimentos regionais de luta pela terra foram aglutinados sob uma única sigla, completando assim, no mês de janeiro de 2004, 20 anos de existência formal. Ao longo desse tempo a direção do MST vem-se concentrando em duas metas básicas: a conquista da terra e a manutenção dessa conquista em áreas reformadas. É em relação a essa segunda tarefa, a nosso ver associada a objetivos políticos, que a direção do MST tem procurado desenvolver modelos de organização social e produtiva nos assentamentos de reforma agrária constituídos sob sua orientação.

Busca-se, neste artigo, com base em estudos de caso feitos, entre 1991 e 2001, em três assentamentos formados em diferentes momentos no Oeste do Estado do Paraná, analisar os processos organizacionais experimentados principalmente nesses assentamentos estudados. Procurar-se-á demonstrar que tais processos refletem as mudanças por que passa o MST tanto no que se refere ao movimento propriamente dito quanto às modalidades organizacionais fundamentadas

---

Eliane Brenneisen é professora de sociologia de Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

ideologicamente na organização coletiva da produção que o MST tenta implementar na região com as seguintes variantes: comunitária (no assentamento Sávio-Dois Vizinhos), cooperativa (no assentamento Verdum) e a forma que chamamos de semicoletiva (no assentamento Sepé-Tiaraju).<sup>1</sup> Com vistas a contextualizar a argumentação do presente texto, apresentamos inicialmente um resumo sucinto dos três estudos de caso. Depois, caracterizaremos o que se poderia chamar de dois projetos em confronto: o projeto concebido pelo MST e aquele que estaria constituído pelas expectativas da sua base social. No decorrer deste artigo, procuraremos realçar a maneira como os agricultores, principalmente os dos assentamentos estudados, vivenciaram os processos organizacionais propostos ou desenvolvidos pela direção do MST.

## **Experiências de organização coletiva**

### *Assentamento Sávio-Dois Vizinhos: um caso de organização comunitária*

Em outubro de 1985, já formado o MST em nível nacional, 41 famílias remanescentes de um movimento regional surgido em 1981, denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), foram assentadas em parte da fazenda Mineira, área depois desapropriada para fins de reforma agrária.<sup>2</sup> O assentamento recebeu a denominação de Sávio-Dois Vizinhos.

A conquista desse assentamento, em especial, deu-se com grande expectativa por parte das lideranças do MST, por tratar-se do único assentamento instalado na região oeste com agricultores provenientes

---

<sup>1</sup> A coleta de dados, por meio de entrevistas com roteiro previamente elaborado, ocorreu, respectivamente, nos anos 1991-1992, 1998-1999 e 2001. Para uma apresentação detalhada e completa dos processos organizacionais desenvolvidos nesses assentamentos, ver Brenneisen, 1994; 2002; 2003 e 2004.

<sup>2</sup> A área desapropriada correspondia a 690 hectares. Essa fazenda já havia sido ocupada anteriormente pelos agricultores do Mastro, no entanto, na ocasião a justiça concedeu reintegração de posse ao proprietário.

do Mastro. No entanto, segundo depoimentos de líderes, no período anterior ao assentamento, ou seja, durante a vigência do movimento e acampamento, não existia, de fato, um projeto consistente de organização comunitária, mas apenas uma proposta pouco elaborada de uma forma alternativa de se organizar a produção, fundamentada em ideais comunitários e de solidariedade. A esse respeito, uma das lideranças regionais entrevistada assinala:<sup>3</sup> “A primeira iniciativa era a terra, primeiro lutar pela terra. Pela característica da pequena propriedade, filho de sem-terra, queria-se a terra. Mas não tinha ainda uma visão maior de como ia ser. (...) Na área da produção, tinham assim algumas pessoas que falavam em trabalho coletivo, associação, mas não tinham uma clareza nem experiência maior. Falava-se, mas não se tinha uma proposta básica para apresentar.” Uma outra liderança, membro da coordenação estadual do movimento, assim registra a preocupação que havia, nesses anos iniciais, com a busca de alternativas organizacionais que viabilizassem a produção nos novos assentamentos instalados: “Fomos percebendo que a terra não era suficiente. Faltava o crédito, o preço, uma política agrícola justa. Era preciso continuar a lutar, porque o capitalismo continua aí. Enquanto ele existir você vai ter que conviver com ele e pra gente continuar sobrevivendo dentro dele você precisa se organizar. Nos assentamentos a gente se dá conta de que só a terra não bastava.”

A proposta ainda embrionária de trabalho comunitário, presente na fala dessa liderança, não se limitava ao campo econômico, mas também possuía uma dimensão política. Um outro depoimento, bem expressivo dessa expectativa por parte das lideranças, refere-se à atuação do sindicato de trabalhadores rurais na luta pela terra: “O sindicato teve grandes atuações no assentamento em termos de propostas.

---

<sup>3</sup> Com o objetivo de preservar a identidade dos depoentes vinculados ao MST, compromisso assumido com eles por ocasião das entrevistas, mesmo porque depoimentos sobre as divergências existentes poderiam compromê-los ou desencadear novos desentendimentos, opta-se neste trabalho por não revelar seus nomes ou idades.

Pretendia-se levar ao associativismo, à questão da produção, até à formação política.”

Nesse contexto de discussões, várias propostas foram levadas aos agricultores assentados, como a do estabelecimento de um trabalho comunitário fundado na posse coletiva da terra e até mesmo uma de formação de uma agrovila, ambas rejeitadas. Nesse ínterim, o cenário tornou-se mais complexo ainda, quando uma iniciativa para a implantação de uma modalidade fundamentada em laços comunitários parte do próprio Estado, com a imposição de que se formassem associações para a compra coletiva de maquinários, como tratores, grades e arados.<sup>4</sup> Essa proposta veio antes mesmo que existisse organização para tanto ou um projeto organizacional mais definido e aceito pelos agricultores assentados.

A aprovação da proposta, por parte de mediadores, lideranças e dos próprios assentados, estava diretamente condicionada à liberação parcial dos recursos advindos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá). Se, por um lado, a iniciativa do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, justificava-se do ponto de vista econômico e da utilização racional dos recursos, por outro, o seu caráter um tanto imediatista desconsiderava outras mediações, especialmente as culturais. Na percepção de alguns mediadores, a atuação impositiva e vertical do Estado, como também de algumas lideranças que aceitaram a proposta prontamente, por certo traria consequências, se não no momento de sua implantação, pelo menos durante o desenvolvimento do projeto. O secretário da CPT naquele período, pastor Werner Fuchs, assinala a esse respeito: “Na época existiam

---

<sup>4</sup> Um aspecto importante para se entender a luta pela terra nesses anos iniciais diz respeito ao próprio cenário de abertura política e de redemocratização da sociedade brasileira. Nesse contexto, José Richa, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com apoio de segmentos ligados à luta pela terra e, de certo modo, comprometido com a reforma agrária, elegeu-se governador do Estado do Paraná, destinando a Secretaria da Agricultura a Claus Germer, um agrônomo vinculado à luta pela terra e que já havia assessorado a CPT.

técnicos do governo, ligados à esquerda, que, do gabinete, imaginaram que o MST queria o coletivo, então veio a proposta. Não aceitamos esta proposta de imediato, então a CPT, na época, até pareceu meio reacionária perante esse pessoal (...). As lideranças, os sindicatos aceitaram a idéia proposta muito rapidamente, tendo em vista que estava ligada à liberação de verbas, assessoria e assistência técnica.”

No assentamento Sávio-Dois Vizinhos, após a aceitação do que propunha a Secretaria da Agricultura, os recursos do Procera foram liberados para a aquisição comunitária de tratores pelos agricultores assentados. Segundo os mediadores, começava-se uma experiência tida como modelo para os demais assentamentos. Os assentados receberam ainda apoio de um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) que, nesse período, procurou desenvolver um trabalho educativo associando a orientação técnica à organização política dos agricultores. Mesmo assim, o projeto não teve continuidade.

No caso específico da associação para compra dos maquinários, as justificativas para o desmantelamento da experiência foram as necessidades de reparo, o mau uso do trator, a falta de recursos para os reparos e os desentendimentos entre os agricultores a respeito dos procedimentos a serem adotados.

Além da experiência com aquela associação, alguns poucos agricultores, nove ao todo, que no início eram favoráveis à coletivização proposta, concordaram com a tentativa de implantação deste projeto, sobretudo para que ele servisse de exemplo e, assim, aos poucos, os demais assentados, a partir do seu sucesso, aderissem ao grupo. Tal experiência tampouco teve continuidade devido, segundo os agricultores, principalmente à distância entre os lotes dos envolvidos no projeto.

Em um outro assentamento localizado no Oeste do Estado, em 1987, denominado assentamento Vitória, ocorreram experiências semelhantes. Alguns agricultores, procurando colocar em prática o que se discutia no acampamento, começaram a organizar uma associação. Pretendia-se, a partir de uma modalidade, parcialmente coletiva, conso-

lidar aos poucos uma organização mais ampla. A associação envolveu nove famílias de agricultores, no entanto, a escassez de recursos econômicos, associada a outros fatores, como certa diferenciação quanto ao volume de trabalho dispensado pelos participantes nas atividades agrícolas, dificultou o prosseguimento do projeto. Aos poucos, os agricultores foram abandonando a associação, o que ocasionou sua extinção ao final de dois anos de funcionamento.<sup>5</sup>

As tentativas malogradas ocorridas não só nesse, mas em outros assentamentos do Estado, levaram as lideranças a concluir que o fato de terem parcelado a terra praticamente impossibilitaria a implantação dessas formas de organização comunitária. Nos anos seguintes, avaliaram também que seria necessário uma organização específica para os assentamentos rurais em termos nacionais. Para isso, elaborou-se um Plano Nacional do MST para o período 1989-1993 que fixava as diretrizes futuras do movimento e desenvolvia os parâmetros para a organização do cooperativismo do MST, cuja ênfase recaía na criação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs).<sup>6</sup> A estruturação de uma CPA, modelo priorizado naqueles anos pelo MST, inclui a organização coletiva do grupo assentado nos mais amplos aspectos. A terra, os maquinários e as instalações construídas são de uso coletivo e pertencem à cooperativa; o trabalho também é organizado coletivamente, sendo a divisão das sobras realizada de modo equitativo entre os participantes com base nas horas trabalhadas. Experiências nesse sentido começaram então a ser desenvolvidas no Sul do país, como projetos-piloto a serem estendidos aos demais assen-

---

<sup>5</sup> Experiências similares, nessa mesma época, foram desenvolvidas em outros assentamentos formados no Estado do Paraná, como a do assentamento Vitória da União, situado no município de Mangueirinha, sudoeste do Estado. Para o conhecimento dessa experiência, consulte-se Bonin *et al.*, 1989.

<sup>6</sup> O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) era composto por instâncias organizacionais regionais, estaduais e nacional cujo objetivo era desenvolver modalidades de cooperativismo no MST. Atualmente, com as mudanças que estão ocorrendo, passou a ser denominado Setor de produção, cooperativismo e meio ambiente.

tamentos em processo de instalação. Entre tais experiências, encontra-se a do assentamento Verdum, desenvolvida no início dos anos 90 e constituindo-se na segunda experiência cooperativista nesses moldes posta em prática no Estado do Paraná, processo que se verá a seguir.

*O cooperativismo no MST: a ênfase nos formatos produtivos coletivizados*

O atual assentamento Verdum originou-se da ocupação em 1989 de uma fazenda improdutiva, situada no município de Lindoeste. Naquela ocasião, a Justiça estadual decretou reintegração de posse ao proprietário, ocorrida no mês de janeiro do ano seguinte. A coordenação do MST no Paraná, ciente da improdutividade da fazenda, continuou a insistir no processo de desapropriação e decidiu transferir, em junho de 1990, de uma ocupação na fazenda Papagaios, localizada no município de Inácio Martins, região Centro-Sul do Estado, um grupo de 20 famílias para ocupar, novamente, a fazenda Verdum, com o propósito de nela instalar uma CPA.<sup>7</sup> Após procedimentos de vistoria efetuados pelo Incra, a fazenda foi considerada improdutiva, porém o proprietário, uma vez mais, impetrou ação de reintegração de posse. Somente após o julgamento dessa ação, é que o Incra pôde de fato dar continuidade ao processo de instalação das famílias no local.

Os 20 agricultores que no começo se dirigiram para a fazenda Verdum deixaram a ocupação em que se encontravam anteriormente já cientes de que se dedicariam à organização, mesmo antes da desapropriação definitiva da área, de uma CPA. Depois, mais uma família foi incorporada ao grupo, totalizando 21 famílias. Ao adentrarem na área, construíram, em torno da sede da fazenda, barracos provisórios para moradia das famílias e dedicaram-se às definições iniciais da organização da cooperativa, que foi formada no dia 16 de agosto de 1990, sob a razão social Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda. (Coprac). Elaboraram-se os estatutos e regimento

---

<sup>7</sup> As famílias pertenciam a um grupo maior, em torno de 1.200 pessoas que haviam ocupado a fazenda Papagaios, em Inácio Martins, em agosto de 1988.

interno e elegeu-se a primeira diretoria, cuja presidência coube a uma agricultora assentada. Optou-se pela formação de uma agrovila e foi destinado a cada família um pequeno lote para a construção de sua moradia. Aos poucos os barracos de lona foram sendo substituídos por casas construídas de madeira.

Nesses primeiros anos, não existia ainda uma clara definição quanto à distribuição de tarefas e os agricultores, imbuídos da utopia de construção de uma nova forma de organização social e do trabalho, conviveram de uma maneira relativamente harmônica. Porém, dirigentes da cooperativa e líderes do MST ponderavam, nesses anos iniciais de formação da CPA, que havia ainda muitos obstáculos a serem superados e que, por isso, fazia-se necessário desenvolver no local um “laboratório organizacional de campo”.<sup>8</sup> Com a organização do laboratório, pretendia-se disciplinar os agricultores para a atividade empresarial e obter a *unidade de propósitos* de todos os participantes da cooperativa. Em síntese, esperava-se alterar a cultura camponesa por meio da eliminação dos “vícios” que dificultavam a organização produtiva com base na posse coletiva da terra, como também pretendia-se obter a *unidade e a disciplina* do grupo, fatores considerados imprescindíveis para essa modalidade organizacional.<sup>9</sup>

De acordo com o que preconiza o referido modelo organizacional, criou-se a “estrutura primária”, formada por seis pessoas que, de

---

<sup>8</sup> O “Laboratório Experimental” ou “Laboratório Organizacional de Campo”, concebido por Clodomir Santos de Moraes, um antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), consiste no envolvimento de um grupo de 40 pessoas, no mínimo, na organização de uma empresa coletiva. O modelo criado por Moraes, segundo suas palavras, tem o objetivo, sobretudo, *de alterar o comportamento ideológico camponês, através da eliminação dos vícios herdados das formas artesanais de trabalho*, habituando os agricultores à divisão técnica do trabalho e tornando-os, assim, aptos ao desenvolvimento empresarial coletivo. Consulte-se, sobre o assunto, Moraes, 1986.

<sup>9</sup> As informações e os conceitos aqui mencionadas foram obtidos do documento elaborado pelas lideranças durante a realização do laboratório, cf. Coprac, 1992.



posse de determinados conhecimentos (como a composição social do grupo), pudessem exercer, conforme se observa nos documentos consultados, o *controle* do laboratório, *prevendo anomalias, controlando facções e tendências*, com vistas a garantir a harmonia do grupo. Cabia ainda a esse grupo preparar o evento e realizar avaliações diárias, por meio de relatórios denominados “Crônicas Diárias”. Produziam-se também relatórios semanais, denominados “Informe e Balanço Crítico”.

O laboratório teve duração de 33 dias e foi encerrado em 20 de junho de 1992. Após esse período, já sem a presença do encarregado de sua organização, o grupo deveria dar seqüência ao trabalho iniciado e executar o que se havia planejado nesses dias. Procurando operacionalizar o funcionamento da cooperativa e a distribuição da mão-de-obra disponível, optou-se pela definição de setores de trabalho, neles incluindo homens, mulheres e adolescentes maiores de 13 anos. As atividades tidas como mais leves e consideradas próprias para mulheres, como as desenvolvidas no refeitório comunitário e nos setores de creche, saúde e confecção, eram destinadas às agricultoras; setores como o de horticultura e pecuária, a ambos os sexos; aqueles que exigiam maior dispêndio de energias, como o de lavoura, destinavam-se somente aos homens; e, por fim, o setor administrativo passou a ser responsabilidade da diretoria eleita da Coprac. Não se tinha por hábito realizar revezamento de agricultores nos diversos setores de trabalho. Cada setor possuía um coordenador que reunia o grupo para planejar as atividades e dessas reuniões elaborava-se a pauta da assembléia ordinária mensal.

Organizou-se um refeitório comunitário sob a responsabilidade de três a quatro agricultoras, dependendo do número de refeições a serem servidas. As famílias de agricultores no horário determinado deixavam seus afazeres e dirigiam-se ao refeitório onde se servia almoço. As demais refeições eram realizadas nas suas próprias casas.

A divisão do produto do trabalho, como já vinha ocorrendo desde o início da cooperativa, dava-se por horas trabalhadas, incluindo homens, mulheres e crianças acima de 13 anos. Ou seja, após a comerci-

alização de tudo o que fosse por eles produzido, retiradas as despesas, o restante, correspondente às sobras, deveria ser distribuído tendo como parâmetro as horas trabalhadas.

Após o laboratório, objetivando o processo de *disciplinamento* iniciado, prosseguiu-se com o mesmo procedimento no que diz respeito à padronização de comportamentos, execução do plano de atividades e rigidez no cumprimento dos horários. O depoimento do ex-presidente da cooperativa é expressivo dessa exigência: “O laboratório foi uma arrancada, depois continuou. Todo dia às 7 da manhã, com chuva ou sem chuva, *nós estávamos todos em forma no refeitório. Nós nos formávamos* no refeitório e depois saíamos para os setores. Tinha o canto do Hino do movimento e cada um se apresentava ao coordenador de cada setor, que anunciava o plano de trabalho e daí saíamos para o trabalho.”

Nesses anos todos os esforços foram empreendidos para o sucesso da organização que se iniciava, principalmente para que se tornasse *um modelo*, tanto para os demais assentamentos, como para a sociedade de uma maneira geral. Não obstante, dificuldades de diversas ordens começaram a aflorar, evidenciando as contradições inerentes ao próprio formato organizacional adotado, aspecto que será abordado no decorrer do presente texto.

Nesse ínterim, a presidente da cooperativa transferiu-se para um outro assentamento da região central do Estado, com a finalidade de ali se dedicar à formação de uma nova CPA, quando então o vice-presidente assumiu a direção da Coprac. Após esta mudança, com o passar dos meses, muitos problemas avolumaram-se. Segundo depoimento do novo presidente, somavam-se outras questões que ele teve que enfrentar em sua gestão, como o baixo rendimento da atividade agrícola e a ausência de recursos oficiais, uma vez que naquela ocasião ainda tramitava o processo de desapropriação da fazenda.

Em 1996, um primeiro grupo de agricultores – a maioria pertencente ao setor de lavoura – rompeu com a direção da cooperativa e, à reve-

lia desta, da direção estadual do movimento e também de técnicos do Incra, delimitou área individual para cultivo e moradia das famílias, em local distante da sede da cooperativa.

De acordo com os depoimentos colhidos, tanto a direção do MST como técnicos do Incra procuraram fazer com que eles deixassem o local e se dirigissem a outros assentamentos que estavam sendo instalados na região. Os agricultores opuseram-se a qualquer tipo de troca.

Na tentativa de manter o empreendimento e, segundo depoimentos dos agricultores da sua base, sob os auspícios do Incra, a direção estadual do movimento optou por substituir a antiga diretoria da CPA, já em final de mandato, e passou a direção da cooperativa para um grupo de sete famílias de agricultores provenientes de outros assentamentos situados na região Sudoeste do Estado. As ações desencadeadas por esse grupo, como a destituição de todos os setores de trabalho e a constituição de um único setor, o de lavoura, contribuíram para acirrar as divergências e os enfrentamentos, que não se restringiam à base do movimento, mas também atingiam parte da diretoria anterior que se opunha às novas determinações do grupo encarregado de administrar a cooperativa. Discordavam, portanto, da maneira como o grupo vinha dirigindo a cooperativa e das decisões adotadas sem consulta prévia, como a venda de dois tratores para pagamento de dívidas da cooperativa.

Com o agravamento dos conflitos, um outro grupo de agricultores abandonou a cooperativa (desse grupo fazia parte o seu ex-presidente). Tal fato tornou a situação insustentável e a CPA foi dissolvida.

Diante disso, segundo os entrevistados, tanto a direção do movimento como o próprio Incra foram obrigados a aceitar, após os trâmites de desapropriação da área, a divisão dos lotes, porém, um novo problema havia sido criado pela transferência das sete famílias de agricultores para dirigirem o empreendimento cooperativista. O número de pessoas que naquele momento se encontravam no assentamento excedia ao número de famílias de agricultores que a área

comportava. Ademais, antes disso, este número (21 famílias) já era excessivo. Conforme avaliação do Incra, a área de 390 hectares deveria ser assignada a apenas 16 famílias.

Os agricultores que, mediados pelos técnicos do Incra e pelo MST, foram transferidos para o local posteriormente julgavam-se com direito à terra; os que haviam sido assentados desde o começo, mais ainda. Diante do impasse, uma das assembleias ocorridas no assentamento contou com a presença de dirigentes estaduais do MST e de membros da Central Cooperativa dos Assentados (CCA), com sede na capital do Estado.

Já fazia algum tempo que esses dirigentes evitavam comparecer ao assentamento devido aos sucessivos enfrentamentos que ocorriam nessas ocasiões, como se pode ver no depoimento de uma ex-liderança do movimento: “Eles tinham até parado de vir, porque vinham aqui e era só paulada. Porque tem uma coisa, esse movimento ensina, ele foi a maior escola para mim, eu era tímido até para falar, hoje converso com qualquer um. Se estou na minha razão, eu brigo, a gente desenvolveu... a gente aprendeu que se você, está na verdade, você tem mais é que batalhar... quem não deve não teme!”

Mesmo com esses dirigentes presentes (que insistiam para que os agricultores deixassem a área), não se chegou a um consenso. Diante da resistência dos agricultores, decidiu-se então realizar uma seleção daqueles que deveriam permanecer na área; os demais seriam transferidos para outros projetos de assentamento que estavam sendo instalados na região. Os que vieram transferidos depois permaneceram no local e parte dos originalmente assentados tiveram que deixar seus lotes, sendo encaminhados para outros assentamentos.

### **Assentamento Sepé Tiaraju: uma experiência semicoletiva**

A fazenda Boi Preto (hoje assentamento Sepé Tiaraju) pertencia à empresa J. Malucelli Florestal Ltda., de propriedade de José Malucelli que, durante os anos 1970-80, dedicava-se nesse local às atividades

de reflorestamento e beneficiamento de madeira. No final dos anos 80, o proprietário abandonou tanto essas atividades como a própria fazenda. Após a vistoria realizada pelo Incra, constatada a improdutividade da fazenda, o MST, visando pressionar o Estado e agilizar o processo de desapropriação e instalação das famílias de sem-terra no local, decidiu ocupá-la. A ocupação da fazenda ocorreu em 3 de janeiro de 1998, inicialmente com apenas oito famílias. Os demais beneficiários foram incorporados ao processo no decorrer dos meses, chegando-se a 17, o número exato de famílias que a área de 432 hectares comportava. No dia 26 de maio de 1998, o Incra emitiu um decreto de desapropriação da área por interesse social para fins de reforma agrária. No entanto, a empresa impetrou ação de reintegração de posse, julgada procedente pela Justiça estadual. A desocupação da fazenda ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2000.

Se, por um lado, a desocupação da área deu-se mediante um procedimento legal, por outro, foi absolutamente desnecessária. Enquanto a Justiça estadual julgou o processo de reintegração, tramitava na Justiça federal uma outra ação movida pelo Incra. Julgada apenas um mês após a desocupação, essa ação concedeu a desapropriação definitiva da fazenda, o que permitiu aos agricultores, que nesse período haviam acampado na sede do frigorífico da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná (Coara), retornarem ao local.<sup>10</sup>

Na ocupação da fazenda Boi Preto, diversamente do ocorrido em outras ocupações, a direção do MST controlou a entrada do número exato de famílias demandantes de parcelas de terra para reforma agrá-

---

<sup>10</sup> A Coara é uma cooperativa de prestação de serviços regional (CPS), fundada, em 1993, com o objetivo de atender a demandas dos assentamentos da região Oeste do Paraná, como as de transporte e comercialização de grãos, e, principalmente, a de desenvolver processos próprios de agroindustrialização. Essa cooperativa está sediada no município de Lindoeste e encontra-se vinculada à Cooperativa Central dos Assentados (CCA), esta sediada em Curitiba.

ria. Os participantes passaram por procedimentos específicos de seleção e escolha, e foi justamente por esse motivo que, no início, apenas um número reduzido de agricultores havia aderido à ocupação. Os procedimentos eram só aparentemente inusitados, pois processos similares puderam ser observados, ao longo dos anos 90, em outras ocupações. Como no caso do assentamento Verdum aqui já relatado, no qual a proposta não era construída *a priori*, nem dependia de uma escolha efetiva, uma vez que seriam conduzidos ao local somente os que concordassem com o modelo definido. Os procedimentos seletivos têm relação direta com a pretensão da direção do MST de estabelecer, sobretudo no Oeste paranaense, uma modalidade organizacional fundada na posse coletiva da terra, cuja ênfase, como já visto, recaía na formação de CPAs. Porém, diante o insucesso desse tipo de experiência em diversos assentamentos, iniciaram-se discussões internas considerando o modelo proposto.<sup>11</sup> Quando esses debates e reavaliações estavam em curso, ainda sem contornos precisos, as lideranças estaduais e regionais, com finalidade de equacionar a situação, decidiram implantar tipologias organizacionais semicoletivas nos assentamentos que estavam sendo instalados no Oeste paranaense. Ou seja, parte da área, não-fracionada, destinava-se à organização coletiva, ao passo que outra era assignada às famílias, como se pode ver no depoimento de uma das lideranças entrevistadas ao justificar a escolha de uma modalidade semicoletiva:

O grande avanço nosso em CPAs foi de 92 até 95. Foi um grande discurso do movimento. Daí prá cá, nós enfrentamos problemas. Se tinha uma vivência socialista dentro de uma CPA, mas o nosso

---

<sup>11</sup> Ver a respeito: Ademar Bogo, *Perspectivas da cooperação agrícola no MST*, 1994 (mimeo); Paulo Cerioli e Pedro Cristofoli, *A crise das cooperativas de produção*, 1994 (mimeo); Ademar Bogo, *Perspectivas da cooperação agrícola no MST*, 1995 (mimeo); Ademar Bogo, *Limites e desafios do SCA*, 1995 (mimeo); MST/Concrab. "Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos", in: *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 7, 1998; Ademar Bogo, *Novo ascenso na organização da cooperação*, Bahia, 1999 (mimeo); MST/Concrab. "A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)", in: *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 8, 1999.

país é capitalista! Mas mesmo assim nós acreditamos que a cooperação é a melhor saída, mas nesse período nós aprendemos muito com os nossos erros e começamos a mudar. A proposta de uma parcela coletiva e uma parcela individual te dá uma alternativa de conciliar a produção individual e coletiva.

A ocupação da fazenda Boi Preto ocorreu, assim, nesse contexto, isto é, quando se realizavam discussões e reavaliações nas quais se propunha uma *pausa* no processo de coletivização, até que fossem construídas as “condições subjetivas” necessárias ao desenvolvimento da modalidade organizacional pretendida pela direção do MST para os assentamentos rurais.<sup>12</sup>

Após as definições da estrutura organizacional do futuro assentamento, as famílias que deveriam participar do projeto passaram a ser minuciosamente escolhidas.<sup>13</sup> O principal responsável pelo procedimento seletivo era um membro da coordenação regional do MST, também participante do projeto. Concluídos os procedimentos relacionados de inclusão na ocupação, à medida que chegavam, as famílias iam instalando seus barracos de lona, um ao lado do outro, nas proximidades do que antes havia sido a sede da fazenda, local onde ainda restava uma velha casa de madeira, a única benfeitoria deixada pelo proprietário. Era nessa casa onde se realizavam as reuniões, as assembleias e as celebrações religiosas no tempo da ocupação. Nessa época, os agricultores estabeleceram regras de convívio social por meio de regulamentos, distribuição de tarefas e da organização da comissão coordenadora, no início composta por quatro representantes.

Quando as famílias de agricultores se incorporaram à ocupação, o projeto existente, como vimos, era o de uma organização semicoletiva. Se, para alguns deles, a modalidade definida não integrava os

---

<sup>12</sup> Ver Stédile e Fernandes, 1999: 101.

<sup>13</sup> Daquele grupo, quatro agricultores eram solteiros. Na atualidade, são cinco os agricultores solteiros, em virtude de uma alteração na composição inicial do grupo, quando uma das famílias (ainda quando se tratava de uma ocupação) foi substituída por um outro agricultor, como os demais, filho de assentado.

seus projetos de vida e suas histórias culturais, pelo menos, da maneira como ficaria, ela possibilitava manter parte da área para reconstruírem suas vidas tal como almejassem. Poderiam, desse modo, preservar parte da área para si, onde construiriam suas casas, criariam seus filhos e se dedicariam a culturas de sua livre escolha. Porém, nesses meses iniciais, os líderes regionais, em conjunto com os dirigentes estaduais, fizeram novas avaliações, reconsiderando a proposta inicial. Desta feita, propuseram que se destinasse toda a área à organização de uma CPA, ou seja, não haveria fracionamento, a organização das moradias se daria num mesmo local, como agrovila, a organização do trabalho se pautaria pela divisão técnica do trabalho e a remuneração, pelas horas trabalhadas. Uma vez redefinida a proposta, três lideranças locais foram encarregadas de "negociá-las" com os assentados. No entanto, uma parcela das famílias de agricultores se opôs às novas determinações e começou a expressar seu descontentamento nas reuniões e assembléias que então se realizavam. Mais do que isso, sentiram-se enganados. Na sua percepção, os dirigentes já tinham essa intenção desde o início e a proposta semicoletiva havia sido apenas um artifício usado para que os agricultores se ajustassem ao que se pretendia. Mesmo diante da resistência, as lideranças continuaram a insistir na modalidade definida.

Percebendo que suas aspirações não seriam atendidas, duas famílias de agricultores, filhos de assentados, portanto já há muito no movimento e ocupantes da área desde o início, romperam com as lideranças e abandonaram o grupo, delimitando, para si e suas famílias, espaço próprio de trabalho e moradia em uma das extremidades da área. Nesse impasse, os líderes do MST passaram a pressionar as duas famílias para que deixassem o local. As demais famílias (no total de quatro) que faziam oposição ao que se havia definido também passaram a receber pressão. Os dirigentes e também funcionários do In-cra, segundo depoimentos dos agricultores, condicionavam, nessas ocasiões, a permanência no local ao ajustamento ao seu modelo proposto.



Nessa ocupação, após todas as discussões e confrontos, as lideranças locais, diante do conflito manifesto e já não mais podendo conter os ânimos, solicitaram a presença no local de um integrante da coordenação estadual do MST, o qual, percebendo a impossibilidade de manter o que se pretendia, mediou o conflito, redefinindo a divisão espacial do assentamento. Desta feita, 60% da área seriam divididos entre todos os participantes, permitindo que cada família possuísse sua própria parcela individual, onde construiriam suas moradias, e 40% seriam destinados à organização coletiva, nos quais se formariam grupos para desenvolver as atividades produtivas de livre escolha. Os dois agricultores que haviam rompido com as lideranças locais permaneceram em seus lotes individuais. É importante lembrar, mais uma vez, que, após todos esses embates e divisões, ocorreu a ação de desocupação da área. Ao retornarem ao local, depois da desapropriação definitiva da fazenda, foram mantidas as definições da modalidade organizacional previamente feitas.

### **O projeto do MST para os assentamentos rurais e as expectativas da sua base social**

Os três estudos de caso aqui relatados são representativos da busca incessante do MST, desde a criação dos primeiros assentamentos, por tipologias modelares de organização da produção. Como já mencionado inicialmente, as alterações que ocorreram nesses assentamentos, quanto às escolhas organizacionais, estão relacionadas com as mudanças que experimentou o movimento ao longo dos anos. Nesse sentido, o movimento propriamente dito e as políticas definidas para os assentamentos rurais constituem faces de uma mesma moeda.

Quanto à trajetória do MST, encerrada sua primeira fase, que se estende até sua formação em nível nacional, em 1984, os anos seguintes, como se sabe, foram anos marcados pela delimitação do campo de atuação dos mediadores (CPT e sindicatos) e dedicados à formação de uma estrutura organizacional própria. A delimitação do campo de

atuação dos mediadores,<sup>14</sup> que ocorreu na segunda fase (ainda que entre eles continuasse a existir certa articulação, acentuada nos últimos anos, sobretudo no caso da CPT),<sup>15</sup> relaciona-se com as definições políticas que o movimento faz nesse tempo e com a adesão da sua direção às concepções leninistas. É o que atestam os documentos publicados no período, inclusive o texto de Clodomir dos Santos Moraes citado anteriormente; documentos esses que foram tidos, nos anos 90, como referências para a estruturação das CPAs e dos laboratórios organizacionais de campo.

Em consonância com tais opções, a direção do MST passou, então, a priorizar nesse período a formação de quadros com vistas à constituição de uma vanguarda dirigente. É nesse contexto que se deu a opção estratégica pela criação de uma estrutura organizacional própria para os assentamentos rurais, como demonstra Zander Navarro (1994) em seu estudo pioneiro sobre a primeira cooperativa que se instalou no Estado do Rio Grande do Sul nesses moldes. O sistema cooperativista, cuja ênfase recaía no formato coletivizado, cumpriria, portanto, uma dupla função: viabilizar economicamente os assentamentos e, ao mesmo tempo, atender a objetivos propriamente políticos. Ou seja, o cooperativismo serviria sobremaneira de âncora econômica para a continuidade da luta por meio da preparação, liberação e manutenção de quadros (cf. MST, 1994: 41).

Desde os primeiros assentamentos, como já foi visto no caso do assentamento Sávio Dois-Vizinhos, já se evidenciava, na fala das lideranças entrevistadas, a busca das dimensões econômica e política quando se tentava implantar nesses locais organizações associativistas pautadas pela posse coletiva da terra. O insucesso das primeiras experiências levou à procura de uma estrutura organizacional própria para os assentamentos rurais que não obedecia somente à lógica

---

<sup>14</sup> A respeito do tema, consulte-se Torrens, 1992.

<sup>15</sup> Acerca dessa simbiótica relação entre CPT e MST, ver o esclarecedor trabalho desenvolvido por Martins, 2000a.

econômica, como se poderia supor. Trata-se, sobretudo, de uma escolha política, como mostra Ilse Scherer-Warren (1997), diretamente ligada a uma certa utopia socialista e aos referenciais teóricos que têm norteado as ações do MST.<sup>16</sup>

Mesmo dispondo de um plano específico e um aparato técnico-organizacional, essas experiências modelares, postas em prática ao longo dos anos 90, também apresentaram, em sua grande maioria, resultados insatisfatórios, como no assentamento Verdum. Então, a direção do MST optou pelo estabelecimento de uma pausa no processo de coletivização, ao menos nos moldes anteriormente preconizados, e passou a acenar, nas discussões e reavaliações que se faziam, com a criação de modalidades menos radicais, ainda que sem contornos precisos, como a experimentada no assentamento Sepé Tiaraju.

Nos textos produzidos pelo MST para a discussão interna sobre a crise das CPAs e em entrevistas de dirigentes do movimento, como a concedida por João Pedro Stédile ao geógrafo Bernardo Mançano Fernandes,<sup>17</sup> nota-se que esses líderes creditavam o esfacelamento da experiência às muitas dificuldades com que se deparara a concretização das metas propostas. Observa-se que para tais dirigentes a raiz do problema não estava propriamente na tipologia organizacional escolhida, mas, segundo as palavras de Stédile, no fato de essas experiências terem sido implantadas em locais em que as “condições subjetivas não estavam prontas”, ou ainda, como dizia Ademar Bogo, um outro dirigente do MST, nas “dificuldades internas e externas que se interpuseram nesse processo”. Os textos produzidos pelo MST mostram ainda que as reflexões que ora se faziam inspiravam-se na experiência revolucionária chinesa apontando a necessidade de se realizar uma *revolução cultural* nos assentamentos rurais.

---

<sup>16</sup> Em seu texto, a autora mostra os efeitos da hegemonia de concepções e estruturalistas revolucionárias na organização da luta pela terra.

<sup>17</sup> Stédile e Fernandes, 1999: 101.

A despeito dos conceitos usados, que hipoteticamente realçam aspectos de ordem cultural, o modo como tem sido entendida essa suposta *revolução cultural* mostra que não se trata de mudança de postura ante o reconhecimento da especificidade da cultura do homem do campo e da diversidade histórico-cultural do país (Bogo, 1999). Trata-se, antes, de uma maneira, como mostra Caume, de se utilizar novos mecanismos de enquadramento de homens, mulheres, jovens e crianças numa causa que passa ao largo de seus desejos, sonhos e expectativas.<sup>18</sup>

Para se tentar compreender quem são os sujeitos para os quais tais projetos se desenvolvem e quais as suas expectativas – aspectos não observados pela direção do MST e demais mediadores quando optam por modalidades organizacionais como as aqui relatadas –, é preciso levar-se em conta, em primeiro lugar, a enorme diversidade histórico-cultural do país. No caso da região Sul do Brasil, na qual encontra-se o Estado do Paraná, especificamente a região Oeste do Estado, local em que se deram as experiências anteriormente descritas, é preciso atentar para características da própria colonização. Os agricultores que se dirigiram para essa região nas décadas de 1940-1950, a maioria descendente de italianos e alemães, fizeram-no a fim de garantir o modo de produção a que estavam habituados em seu Estado de origem: o Estado do Rio Grande do Sul. A organização produtiva que almejavam reproduzir no Oeste do Estado do Paraná, como fez grande parte deles, ao menos por um período, tem como suporte a família vista como unidade básica de produção econômica. Seu objetivo principal, como se sabe, é a subsistência familiar, sendo comercializado o excedente de produção. Somente quando necessário, em função de determinadas fases do processo produtivo, é que são estabelecidas relações de cooperação e ajuda mútua. O caráter espontâ-

---

<sup>18</sup> David José Caume analisa, em seu estudo realizado em um assentamento situado no Estado do Rio Grande do Sul, outros mecanismos de enquadramento social, como os da produção e difusão de uma memória hegemônica (2003). Em outro trabalho, o autor mostra como a estética, nos assentamentos rurais, tem sido posta a serviço da política (2002).

neo dessa ajuda fica por conta da não-obrigatoriedade de se selar acordos formais. Essas relações se dão por laços de amizade, parentesco e vizinhança devido à proximidade das famílias, assim, de um modo substancialmente diverso do que o MST preconizava para os assentamentos rurais.

Além dessa especificidade, há um segundo aspecto a ser considerado. A base do MST é um segmento social que nos últimos anos experimentou processos de sucessivas perdas e migrações em decorrência principalmente da chamada “modernização agrícola”, passando em determinados locais por desapropriações provocadas pela construção de complexos hidrelétricos, como o da usina de Itaipu. Trata-se, sobretudo, de populações que, em geral, não foram incorporadas aos processos modernizadores e que, pela falta de alternativas à inserção econômica, vivem marcadas por contínuo deslocamento em busca de meios de sobrevivência.

Um terceiro aspecto refere-se ao fato de que, embora aglutinados sob a noção homogeneizante dos sem-terra, esses grupos não são homogêneos tanto do ponto de vista das modalidades de trabalho – envolvem desde ex-proprietários, assalariados, arrendatários e trabalhadores volantes – quanto das singularidades de suas histórias de vida, isso em relação a suas trajetórias e também à maneira como vivenciaram subjetivamente as perdas e migrações ao longo de suas existências.

Se no tempo do acampamento essas diferenças não se fazem visíveis e aparentemente há uma certa homogeneização por estarem todos numa mesma condição de marginalização, no assentamento, no período da reconstrução de suas vidas, no qual deixam o transitório rumo ao permanente, como observa Martins (2003), tais diferenças vão aparecendo. Nessas ocasiões, formam-se progressivamente novos grupos, mediante relações estabelecidas durante a fase de acampamento ou até mesmo, em alguns casos, por meio de vínculos construídos antes da adesão à luta pela terra. Observa-se, nos três estudos de caso, a predominância da formação de grupos como consequência do acirramento dos conflitos em virtude das tentativas de se implantar

nesses assentamentos organizações baseadas em modalidades coletivizadas. Nesses locais, surgiram, de modo nítido, dois grupos básicos: de um lado, o grupo vinculado ao MST e, de outro, o grupo dos que divergiram e resistiram às proposições do movimento, em sua maioria já definidas previamente para esses assentamentos, como mencionado.

Um quarto aspecto a ser considerado nesta questão dos anseios da base do movimento diz respeito ao real significado que a conquista da terra tem para esses agricultores. O que de fato mobiliza esse contingente, fazendo com que suporte toda sorte de dificuldades, morando sob lonas em condições extremamente precárias, é a conquista da terra como meio de vida para dela tirar o sustento próprio. Depoimentos colhidos de agricultores do assentamento Sávio-Dois Vizinhos ilustram o ponto: “A terra pra mim é tudo. Dela eu tiro o meu sustento, o da minha família, o das minhas criações.” “A terra é uma riqueza, representa a vida”. “Sempre fui criado nela, então ela representa tudo”. “A terra pra mim é sinal de vida, a terra a gente tem pra produzir, ela é sustento da vida”.

Por esses aspectos, percebe-se a existência de projetos em franca colisão: o projeto político-econômico do MST e o projeto de vida e de trabalho da base do movimento. As expectativas da base divergem das expectativas dos dirigentes tanto no que se refere ao que almejam com a conquista da terra como em relação àquelas dimensões relativas à organização social e da produção nos assentamentos.

No assentamento Sávio-Dois Vizinhos, as formas comunitárias ideais inspiraram-se inicialmente nos ensinamentos da Igreja e foram elaboradas por lideranças oriundas de seus quadros.<sup>19</sup> No entanto, basea-

---

<sup>19</sup> Esse tipo de comunitarismo possuía raízes na fundamentação da Igreja por meio da atuação da CPT e de pastorais rurais no movimento, no qual se formaram, religiosa e politicamente, vários dirigentes sindicais do MST e do próprio assentamento. Muitos desses quadros, em um primeiro momento, atuaram como agentes pastorais e, depois, como agentes sindicais, com a constituição do “sindicalismo autêntico”. Outros engajaram-se na organização do MST nos níveis estadual e nacional.

das nos ideais de solidariedade, elas mostraram-se limitadas e de difícil efetivação na realidade histórica e cultural concreta na qual se inseriam. A rigor, houve um empenho mais do que incisivo por parte das lideranças do MST para que os agricultores se ajustassem às propostas apresentadas. As principais razões da rejeição dos agricultores às propostas de se produzir coletivamente eram as diferenças existentes entre eles e a autonomia para plantarem o que cada um individualmente desejasse. Percebe-se que para os agricultores desse assentamento o que de fato estava em jogo era a liberdade em relação à organização da produção nos seus lotes individuais. Outros agricultores, além de salientarem as diferenças entre si, em relação à maneira de pensar e conceber e também à origem econômica e perspectivas, também apontavam para as diferenças em função do volume de trabalho a ser dispensado por cada um, caso fosse estabelecida uma organização totalmente coletivizada.

A partir dessas experiências desenvolvidas nos primeiros assentamentos, calcadas numa coesão que na verdade não existia, a direção do MST, procurando equacionar dificuldades encontradas, optou por desenvolver novas modalidades organizacionais tidas como mais consistentes, tal como as observadas no assentamento Verdum.

É preciso, no entanto, ressaltar que há uma diferença substancial entre o comunitarismo proposto inicialmente, baseado numa totalidade fundante da prática comunitária, como observa José de Souza Martins (2003: 105), e o coletivismo definido depois. Ademais, a escolha feita, objetivando a coesão social do grupo, constitui-se procedimento equivocado de transformação das relações sociais no campo, uma vez que se buscava converter camponeses em operários, introduzindo-os na divisão do trabalho e na especialização das funções. Em síntese, pretendia-se com esse procedimento ajustá-los, por meio de mecanismos disciplinares, àquilo que deles se requeria. Nesse sentido, as análises de Foucault (1979, 1987 e 1988) sobre as relações de poder e os mais diversos mecanismos disciplinares (o controle do tempo, a vigilância, a padronização dos gestos e atitudes) com vistas a obter

obediência e docilidade, embora se reconheça as especificidades das análises daquele autor, são fecundas para se compreender as relações estabelecidas entre direção e base nos assentamentos rurais em decorrência da tentativa de neles se desenvolver formatos modelares de organização da produção.

No assentamento Verdum, tal intento organizacional e os meios de controle que o acompanham, quando postos em prática, também terminaram totalmente frustrados em consequência da oposição dos agricultores ocorrida paulatinamente durante a vigência de um modelo de organização social e da vida cotidiana alheio aos seus desejos e expectativas. Estes, por sua vez, vinculam-se às suas próprias histórias culturais pautadas nos valores tradicionais da família e da organização do trabalho.

A falência desse projeto deve-se sobremaneira às discordâncias em relação à própria divisão do trabalho e à quase total ausência de revezamento nas atividades. O coordenador do setor de lavoura, portanto, do trabalho mais pesado, de sol a sol, e que, justamente em razão da ausência de revezamentos, dedicava-se àquela atividade produtiva desde o início da cooperativa, sentindo-se injustiçado já de longa data, canalizou a insatisfação dos demais trabalhadores daquele setor e começou a representá-los, opondo-se com frequência às determinações da diretoria da cooperativa. As discordâncias em relação aos procedimentos adotados na administração da Coprac e os sucessivos embates entre o grupo do setor de lavoura e a diretoria da cooperativa foram se avolumando com o passar do tempo. A primeira dificuldade apontada pelos agricultores daquele setor foi o volume de trabalho dispendido por cada um no empreendimento coletivo, isso não só quanto ao volume de trabalho empregado numa mesma atividade, mas também em relação ao dispêndio de energia exigido pelas diferentes tarefas desenvolvidas nos setores de trabalho. Vale dizer, enquanto alguns se ocupavam-se das atividades “mais leves”, outros se dedicavam às “mais pesadas”. Os agricultores achavam ainda que o trabalho dispensado na lavoura gerava renda, ao passo



que o mesmo não ocorria com a grande maioria das atividades desenvolvidas nos demais setores de trabalho. O sentimento de injustiça, que, por sua vez, relacionava-se com as representações do trabalho, pode ser visto na fala do coordenador do setor de lavoura: “É da lavoura que saía o custo dessas coisas todas. Os setores de serviço, de saúde, de infra-estrutura nunca deram lucro e ali tinha um monte de gente. E aí tinha cara dando muito nó, né? Ele tava ganhando a mesma coisa, pra que trabalhar? Quem trabalhava na roça era quem sustentava tudo e era o mais discriminado também.” Esses agricultores entendiam que a diretoria, responsável pela administração da cooperativa, não criava renda, uma vez que não trabalhava, pelo menos de acordo com suas concepções de trabalho: aquele realizado de sol a sol e no cabo da enxada. Para eles, os que se dedicavam à comercialização da safra, negociações com o Incra e com as instituições financeiras, agências de fomento e demais órgãos públicos, trabalhavam menos, não em relação a tempo de trabalho e, sim, ao dispêndio de energia. Por isso, não deveriam receber a mesma remuneração que os demais, como se pode ver no depoimento de um dos agricultores do setor de lavoura: “Os que saíam para negociação e que cuidavam da contabilidade ganhavam a mesma coisa que quem trabalhava na terra. Aí o povo foi se revoltando.”

Ademais, um trabalho muitas vezes realizado longe da vista daqueles agricultores, que, portanto, não *viam* nem *sabiam* como ele se efetuava (mesmo porque não eram devidamente comunicados a respeito das transações efetuadas), despertou-lhes a desconfiança que os agricultores do setor administrativo (diretoria da cooperativa) poderiam não estar de fato a serviço da cooperativa quando se ausentavam do assentamento.

Além dos aspectos indicados, que na verdade não são estanques mas se relacionam entre si, acrescenta-se um outro: o fato de os agricultores do setor de lavouras sentirem-se desvalorizados perante os demais. Nos fóruns de discussão, reuniões e assembléias, eles se consideravam discriminados tanto pelas lideranças internas como pelos

demais dirigentes do MST. Nessas ocasiões, mesmo que tivessem voz e conseguissem expressar seus descontentamentos, não tinham vez e se sentiam desqualificados pelas direções, via de regra, mais experimentadas, como pode se observar neste depoimento de um dos entrevistados: “Quem trabalhava mesmo não tinha muito valor. O setor de lavoura era o que mais trabalhava, mais dava renda e era o mais discriminado. Na discussão dentro de uma plenária tem gente que é discriminado. Isso queira ou não queira, os negros são mais discriminados, os que sofrem são os mais discriminados...” Com os anos de assentamento, esses agricultores foram aos poucos aprendendo a ter voz e vez e a resistir àquilo que consideravam uma usurpação dos seus direitos de cidadania. Uma resistência que, por sua vez, tinha fundamento nas suas próprias concepções de trabalho, cuja referência é o trabalho concreto, o que produz bens visíveis e palpáveis e que possibilita o seu acompanhamento sobre a totalidade desse processo, desde o preparo da terra, o plantio e a colheita até a comercialização. A resistência dos agricultores corresponde, na verdade, a uma modalidade particular de resistência pautada nos valores da economia moral, como diz Thompson (1993), resguardadas obviamente as especificidades do caso estudado, no qual os agricultores, perante formatos organizacionais avessos aos seus parâmetros culturais, rompiam com os projetos nos quais eram inseridos ou que estavam compelidos à aderir.

Além de todas as razões dos enfrentamentos aqui mencionados, no caso do assentamento Verdum, há duas outras, relacionadas às anteriores e igualmente determinantes da oposição dos agricultores. Uma delas foi a tentativa da direção do MST e do Incra de equacionarem os embates mediante a destituição da antiga diretoria e a transferência para o assentamento de outras sete famílias com o objetivo de administrar o empreendimento cooperativista. Esse fato provocou novos conflitos, agora já não mais entre diretoria e agricultores do setor de lavoura, mas entre a antiga diretoria e agricultores do setor de lavoura, de um lado, e a nova diretoria, de outro. A segunda ra-

zão para os embates que ocorriam refere-se à quase total falta de rendimentos financeiros (as sobras) das atividades produtivas desenvolvidas na cooperativa. Os agricultores julgavam que a inexistência de sobras se devia ao fato de que apenas alguns agricultores trabalhavam em atividades geradoras de renda, como também passaram a desconfiar do destino que se estaria dando, por parte dos responsáveis pela administração da cooperativa, ao resultado da produção. Assinalaram ainda que, no início, quando todos trabalhavam basicamente nas atividades agropecuárias, esses problemas não se verificavam. Somente após a realização do “laboratório” e da divisão em setores dele decorrente é que os problemas começaram a surgir. Na verdade, foi a partir das reordenações posteriores ao “laboratório”, ocasião em que o projeto recebeu novos contornos, que os conflitos latentes vieram à tona muito mais rapidamente.

No assentamento Sepé Tiaraju, a resistência à formação de uma CPA no assentamento baseia-se nas mesmas motivações, que iam desde o receio de que alguns agricultores pudessem dispensar um volume de trabalho inferior ao dos outros, o temor de serem enganados pelos encarregados da administração da cooperativa, até o receio de perderem a autonomia que uma modalidade assim definida pressupõe. Um dos entrevistados, receoso de que se mantivesse o que era proposto, assim se expressou: “Um podia passar a perna no outro. Um podia trabalhar, trabalhar e não mandar no que ele faz! Daí tivemos medo de um dia não dar certo e a pessoa resolver sair e não ter direito. Se cada um tem o seu, ele se manda, não é?”

Em relação às redefinições organizacionais e produtivas para o assentamento, um outro agricultor assinalou: “Nós íamos morar num hectare de terra cada um, num hectare de terra ia fazer uma moradia, daí o restante todo coletivo de porco. Tudo coletivo e cada um ia ter uma função pra trabalhar. Daí, nós começamos a observar que não dava porque uns trabalhava e outros não. Aí tinha gente que queria meio que trabalhar nas costas dos outros. Aí nós demos um racha. Vimos que não ia dar!” Além da falta de autonomia que uma organi-

zação desse tipo implica e do receio quanto ao volume de trabalho dispensado, outras questões aparecem na fala desses agricultores, como a própria subalternização do trabalho manual, processo inerente à divisão do trabalho nos termos propostos.

No assentamento Sepé Tiaraju havia ainda uma outra razão mencionada por aqueles que se opunham à modalidade definida, vinculada aos valores e obrigações morais próprios da comunidade camponesa, que são direitos de herança. Argumentava-se que numa modalidade fundada na posse coletiva da terra não haveria garantia de que seus filhos, futuramente, tivessem seus direitos de herança assegurados, como pode se observar no seguinte depoimento: “Você vê, porque a gente vai ficando velho e, quando vê, morre, fica pros filhos. E num coletivo fica enrolado. Os filhos vão ter que tocar o mesmo que o pai tocava.”

No assentamento Sávio-Dois Vizinhos, motivos semelhantes conduziram os agricultores à luta pela terra: o desejo de conquistar a terra para que, no futuro, seus filhos tivessem como produzir seus próprios meios de subsistência. Os seguintes depoimentos são representativos desses anseios: “A terra é um fruto, a terra eu consegui na luta e vou deixar para os meus filhos, e eles vão passar para os meus netos.” “A terra pra mim é vida nova e vou deixar para os meus filhos para eles trabalharem nela.”

As modalidades associativistas cooperativistas propostas pelo MST, como mostram os estudos de caso apresentados, faziam-se acompanhar ainda da formação de uma agrovila. As justificativas das lideranças para a organização das moradias nesse formato recaíam sobre o fato de que esse tipo de organização espacial facilitaria a localização de cada família e o escoamento da produção. No assentamento Sávio-Dois Vizinhos, um dos agricultores assim justificava a não-aceitação da proposta: “Essa idéia de fazer as casas enfileiradas nós não aceitamos. O povo estava até com medo de ser obrigado a fazer a agrovila. Do meu ponto de vista eu acho que aí é a mesma coisa da gente tá morando numa cidadinha de novo. Se torna a mesma coisa.

Aí vai criar galinha, não pode, né?” Esse depoimento mostra que a recusa sustentava-se na defesa e preservação do espaço individual da família, onde a moradia, as criações, a horta e a terra são inseparáveis, como também naquele aspecto relativo à própria divisão do trabalho no campo, em que as atividades do quintal tradicionalmente são atribuídas às mulheres. A organização de uma agrovila, assim, representaria a impossibilidade de reprodução do modelo ideal de vida e produção. Um outro aspecto presente nessa resistência à proposta de instalação de uma agrovila se traduz numa recusa ao urbano, à vida citadina, tida pelos agricultores como modo de vida de qualidade inferior, portanto, não-natural, no qual as liberdades individuais seriam também restringidas. Nos dois outros assentamentos estudados, as mesmas justificativas são reiteradas, pois a organização do trabalho e da vida familiar no campo, onde praticamente inexistem uma separação entre atividades produtivas e atividades reprodutivas, como também entre trabalho e moradia, permitiriam que os agricultores se encarregassem simultaneamente das atividades produtivas e do cuidado dos filhos. Num ambiente de agrovila, além da falta da privacidade e autonomia quanto às criações domésticas, essa modalidade de organização das moradias não possibilitaria educar os filhos tal como almejavam, acompanhando-os em todos os horários do dia e em todas as fases de suas vidas.

Mesmo com a rejeição demonstrada pelos agricultores da base do movimento, tem-se insistido na formação de agrovilas, como ocorreu muito recentemente no assentamento Sepé Tiaraju. Sem desconsiderar que o formato proposto é uma organização mais racional, embora não a única, mas reconhecendo que a arquitetura é componente fundamental nas relações de poder (cf. Foucault, 1987), pressupõe-se que outros fatores – possibilidade de maior controle da base e vigilância por meio da organização do espaço, com vistas a objetivos políticos do movimento – estejam entre as razões mais veladas dessa obstinada tentativa por parte da direção do MST.

Um outro aspecto realçado nos três estudos de caso é o papel do Estado ou de seus técnicos nesse processo. Ainda que não seja possível explorar aspectos tão contraditórios nos limites deste artigo, uma menção, mesmo que breve, faz-se necessária na tentativa de esclarecer detalhes significativos dessa simbiose, nem sempre de fácil compreensão, que se estabelece entre o MST e o Estado, bem como seus agentes governamentais. Desde as primeiras experiências de criação de associações ou organizações comunitárias, como a do assentamento Sávio-Dois Vizinhos, já se observava a ação do Estado nesse processo. Interferência equivocada, diga-se de passagem, quando, nessa ocasião, supostamente atendendo a uma reivindicação do próprio MST, decidiu-se impor a criação de uma organização comunitária dedicada à compra de maquinários, vinculando a liberação de recursos à aceitação do que se propunha. Nos outros dois estudos de caso, observa-se a interferência de agentes governamentais no âmbito do órgão federal responsável pela realização de políticas de reforma agrária, ou seja, do Incra, embora nas duas ocasiões, oficialmente esse órgão não exercesse ou não devesse exercer atuação alguma nesses locais, a não ser procedimentos burocráticos de vistoria e de desapropriação da área para fins de reforma agrária, já que se tratava, na época, de ocupações de terras, ou seja, ainda tramitava o processo de desapropriação de ambas as áreas. Além do fato, é claro, desse órgão não ter competência quanto a definições propriamente organizacionais, como as propostas ou desenvolvidas nesses locais. No assentamento Verdum, segundo depoimentos dos agricultores, havia pressão dos agentes do Incra para que permanecessem na CPA e também quando ele mediou a vinda de agricultores de outros assentamentos já instalados na região Sudoeste para se ocuparem da gestão da Coprac em substituição à antiga diretoria que havia sido destituída. No assentamento Sepé Tiaraju, depoimentos dão conta de procedimentos similares por parte de técnicos do Incra, como se pode observar no seguinte fragmento de fala: “O Incra vinha e dava pressão (...) que quem não queria o coletivo dava 24 horas para desocupar a área (...) eles eram vendidos para a turma do movimento. Então eles vinham e

colocavam todos nós contra a parede (...)”. Os fatos apresentados não deixam dúvida a respeito da atitude colaboracionista dos técnicos do Incra em relação às modalidades organizacionais definidas pela direção do MST para esses locais. Mas não se sabe exatamente quais são as motivações que têm levado tais agentes a essa postura, ou seja, se são movidos por convicção ideológica ou pela crença na supremacia econômica da organização coletiva, por ambos ou até mesmo por inabilidade e impotência, acomodando interesses e evitando confronto direto com as lideranças do MST.

A inoperância de determinados segmentos daquele órgão também se revela em relação ao processo de seleção para os assentamentos rurais instalados no Oeste do Estado. Em princípio, cabem ao Incra procedimentos de escolha dos potenciais candidatos à reforma agrária com base em dados técnicos, pautados pela racionalidade própria do Estado,<sup>20</sup> porém não é isso o que se tem verificado na região. No assentamento Verdum, quem se responsabilizou pela seleção dos que deveriam ocupar aquela área – seleção vinculada à concordância com as escolhas organizacionais já previamente definidas para aquele local – foi o MST. O Incra apenas ratificou as decisões do movimento quando efetivamente aquela área foi desapropriada para fins de reforma agrária. No assentamento Sepé Tiaraju, como já foi indicado, procedimentos semelhantes também foram adotados. Os agricultores que ocuparam inicialmente aquela fazenda e que depois foram assentados naquele local passaram por procedimentos seletivos realizados pelo MST. Nesse assentamento foram selecionados cinco agricultores solteiros, três deles filhos de um agricultor assentado próximo dali e presidente da Coara, já em sua segunda gestão consecutiva. Não há dúvida quanto ao fato de serem tais agricultores legítimos deman-

---

<sup>20</sup> Oficialmente os candidatos são cadastrados no Sistema Integrado dos Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e classificados de acordo com determinados critérios. Além da exigência de maioria e não possuir antecedentes criminais, esses critérios incluem: composição do grupo familiar, capacidade de trabalho familiar, experiência associativista e tempo de trabalho em atividades agrícolas.

dantes de parcelas de terra, no entanto, o mesmo não se pode dizer dos critérios de prioridade na seleção dos beneficiários da reforma agrária, principalmente se levarmos em conta a existência, naquela época, de pelo menos 9.000 famílias acampadas no Estado do Paraná, segundo dados do próprio MST. Outro aspecto questionável, além dos mecanismos de seleção e escolha, como os utilizados, é o do favorecimento a determinados grupos de agricultores. Procedimentos dessa natureza padecem de credenciais democráticas e aproximam-se daqueles próprios das relações clientelistas nos quais se beneficia a parentela ou os apadrinhados.

É sabido que o autoritarismo que permeia ainda hoje as relações na sociedade brasileira tem suas raízes no “mandonismo” – uma outra característica da política nacional, cuja noção, como já demonstrou José Murilo de Carvalho (1997), é distinta das noções de coronelismo e também de clientelismo – mas que caminhou ao lado de mecanismos clientelísticos. O autor mostra ainda que tanto o mandonismo como o clientelismo tendem a desaparecer à medida que os direitos de cidadania alcancem os cidadãos. Se o mandonismo tende a desaparecer e, como historicamente concebido, está agonizando, por certo não se suplantou entre nós os resquícios de uma cultura política autoritária e personalizada, até mesmo na relação estabelecida entre aqueles que lutam, ou deveriam lutar, por meio de suas organizações políticas, pela superação dessas relações.

### **A difícil construção de relações sociais democráticas – à guisa de conclusão**

José de Souza Martins já apontou os muitos reducionismos interpretativos (não só no que se refere aos assentamentos rurais) que têm pautado as ações do MST e também daqueles que realizam a mediação da luta pela terra. O autor já realçou também aquilo que ele chama de tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. Referindo-se aos vários descompassos e desencontros en-



tre os anseios dos agentes das lutas e as expectativas dos que delas necessitam, afirmou Martins:

Os problemas sociais no campo contrariam resposta e solução numa muito pouco definida reforma social que seria a reforma agrária. Até hoje a classe média militante, os setores radicais dessa classe, procuram de distintos modos enquadrar os problemas do campo e dos trabalhadores rurais na questão agrária e propor-lhe como solução uma reforma agrária que depende de extensos pró-logos para que se defina o que afinal é a reforma agrária. Descolamento próprio de uma reivindicação mediada por interesses e concepções de uma categoria social diferente da categoria ou das categorias em nome das quais a reivindicação ou a pressão é feita. Esse desencontro, que é grave, é a base do que estou chamando de tendência à anomia no caso dos movimentos populares no campo (Martins 2000b: 270-71).

No nível do discurso da direção nacional do MST e daqueles setores vinculados às classes médias que realizam a mediação da luta pela terra é até possível encontrar, em relação aos assentamentos rurais, reavaliações que resultam da oposição dos agricultores assentados, como anteriormente circunstanciado. No entanto, elas são reavaliações extremamente parciais, pois, como se pôde observar nos documentos consultados, não é o modelo organizacional que tem sido posto em dúvida. Tampouco são questionados os referenciais político-ideológicos que animam as ações dos dirigentes e mediadores do movimento. E é justamente aí, como mostra Zander Navarro (2002) em uma análise a respeito da maneira como se estrutura o MST, em particular em relação à sua face refratária às práticas democráticas, que têm sua raiz os desacertos vividos pelos agricultores assentados.

Não há dúvidas quanto à importância da emergência do MST no cenário político brasileiro, sobretudo por ele colocar o tema da reforma agrária na agenda política do país. Esse movimento também tem-se constituído em agente de mediação importante, ao oferecer um horizonte a milhares de trabalhadores rurais marginalizados e sem perspectivas de futuro. É mister ainda mencionar as significativas mudanças econômicas e políticas operadas nos municípios e regiões em que se instalam assentamentos rurais. No entanto, é preciso esquivar-

se de abordagens idealizadas e apontar os não poucos equívocos cometidos, principalmente quando dirigentes e mediadores do MST, de modo obstinado, empenham-se na estruturação de modalidades organizacionais coletivizadas nos assentamentos rurais. Os estudos de caso apresentados mostram a inutilidade de grande parte dessas tentativas diante das insurgências ocorridas nesses locais. Os fatos aqui relatados não são irrelevantes. Eles demonstram, sobretudo, como é difícil a tarefa de se construir relações sociais democráticas, até mesmo entre aqueles que respondem por uma causa justa e legítima, como é a da luta pela terra.

### Referências bibliográficas

- Bonin, Anamaria Aimoré *et al.* “Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida.” In: Bonin, Anamaria Aimoré *et al.* *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Edições Criar, 1989.
- Brenneisen, Eliane. *Luta pela terra no Oeste paranaense. Do movimento ao assentamento: limites e contradições de um projeto coletivo de produção*. Dissertação de mestrado. PUC-São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente”. , In: Martins, José de Souza. *Travessias, a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Relações de poder, dominação e resistência. O MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: EduniOeste, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Da luta pela terra à luta pela vida. Entre as persistências do passado e os fragmentos do presente*. São Paulo: Annablume, 2004 .
- Caume, David José. “A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas de enquadramento social”. *V Congresso da Alasru*, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Memórias da luta e lutas pela memória”. *História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, n. 6, 2003.
- Carvalho, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” *Dados*, Rio de Janeiro, 40, n. 2, 1997.
- Coprac. “Laboratório organizacional de campo,” Lindoeste, 1992 (mimeo).
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Martins, José de Souza. *Reforma agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: E-dusp, 2000a.

\_\_\_\_\_. “As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares.” *Estudos Avançados* 14, n. 38, 2000b.

\_\_\_\_\_. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

Morais, Clodomir Santos de. “Elementos sobre a teoria da organização no campo.” Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 11, 1986.

Navarro, Zander. “Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo: o caso do assentamento Nova Ramada.” *Anpocs*, Caxambu, 1994.

\_\_\_\_\_. “Mobilização sem emancipação. As lutas sociais dos sem-terra no Brasil.” In: Santos, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Stédile, João Pedro; Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

Scherer-Warren, Ilse. “Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais.” *Anpocs*, Caxambu, 1997.

Thompson, E. P. “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century.” In: *Customs in common*. Harmondsworth: Penguin Books, 1993.

Torrens, João Carlos S. “Alianças e conflitos na mediação da luta pela terra no Paraná: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 1979/1990.” Dissertação de mestrado. UFRRJ, 1992.

**Resumo:** Este artigo resgata três estudos sobre assentamentos rurais, localizados no Oeste paranaense e representativos das mudanças pelas quais passou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ao longo dos anos, sobretudo no que se refere às modalidades organizacionais definidas para os assentamentos rurais. Essas modalidades tiveram como base a organização coletiva da produção e, quando foram implantadas, provocaram conflitos e enfrentamentos, evidenciando equívocos na adoção de tipologias modelares da organização da produção nos assentamentos rurais. O texto analisa os muitos desencontros entre direção e base do MST como resultado da existência de dois projetos em franca colisão: o projeto político-

ideológico da direção do MST e o projeto de vida e de organização da produção da base social do movimento.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, MST, reforma agrária.

**Abstract:** (*The Landless Rural Movement and the Settlements in the west of Paraná: agreements and disagreements over the struggle for land*). This paper examines three case studies of rural settlements in the west of Paraná, which were settled in different periods, and are representative of the changes in the Movement of Landless Rural Workers (MST) over the years, particularly as regards the organizational forms assumed by the rural settlements. These were based on the collective organization of production, which, when implemented, provoked conflicts revealing the inadequacies of such model. This paper also highlights the tensions between the leadership of the MST and its base, directly related to the existence of two projects in clear opposition: the ideological political project of the MST leadership and the project for organizing daily life and production by the social base of the movement.

**Key words:** rural settlements, MST, agrarian reform.

BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2004, vol. 12 n. 1, p. 128-163. ISSN 1413-0580.